

DA ESCALA CORPO-TERRITÓRIO DAS MULHERES DE AXÉ PARA A ESCALA DA AÇÃO POLÍTICA PARA LIBERDADE RELIGIOSA NO RIO DE JANEIRO

Rachel Cabral da Silva ¹

RESUMO

O presente trabalho é um dos caminhos da pesquisa de doutorado em Geografia, derivada da dissertação de mestrado que abordou conflitos religiosos no espaço urbano do Rio de Janeiro entre neopentecostais e religiões afro-brasileiras, destacando casos de intolerância religiosa. Após uma década, a pesquisa atualiza o conceito para "racismo religioso" devido ao aumento dos casos de crime de racismo religioso, mesmo com a subnotificação dos dados sobre este crime. A pesquisa concentra-se nas mulheres de axé, explorando sua resistência ao racismo religioso por meio da escala do corpo-território. Através das Geografias Negras e do paradigma da afrocentricidade, a metodologia envolve observação participativa nas mobilizações das mulheres, analisando sua atuação política em diferentes escalas. O referencial teórico enfatiza o papel crucial do corpo-território na compreensão da ação política a partir das Geografias Negras. Os resultados destacam a narrativa escalar de uma Ekedji, uma mulher de axé, evidenciando suas ações em escala local e suas tentativas de engajamento político em escalas mais amplas, incluindo candidaturas. A análise explora o impacto de sua participação política, considerando elementos como cor, gênero e votos. As conclusões ressaltam a importância de trazer a narrativa das mulheres de axé para a geografia, reconhecendo seu papel central nas religiões de matriz africana. A pesquisa visa investigar estratégias escalares de poder adotadas por essas mulheres para efetivar políticas públicas que promovam o bem viver das comunidades afrorreligiosas.

Palavras-chave: Geografias Negras; Mulheres de Axé, Corpo-território; Escala da ação política; Racismo Religioso.

ABSTRACT

The present work is one of the pathways of the doctoral research in Geography, stemming from the master's dissertation that addressed religious conflicts in the urban space of Rio de Janeiro between neopentecostals and Afro-Brazilian religions, highlighting cases of religious intolerance. After a decade, the research updates the concept to "religious racism" due to the increase in cases of religious racism crimes, even with the underreporting of data on this crime. The research focuses on women of axé, exploring their resistance to religious racism through the scale of the body-territory. Drawing on Black Geographies and the Afrocentricity paradigm, the methodology involves participatory observation in the mobilizations of women, analyzing their political actions on different scales. The theoretical framework emphasizes the crucial role

¹ Doutoranda em Geografia pelo PPGE da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Bolsita CAPES e membra do grupo de pesquisa GeoCorpo IGEOG/UERJ; silvarachelcabral@gmail.com

of the body-territory in understanding political action from Black Geographies. The results highlight the scalar narrative of an Ekedji, a woman of axé, showcasing her actions on a local scale and her attempts at political engagement on broader scales, including candidacies. The analysis explores the impact of her political participation, considering elements such as race, gender, and votes. The conclusions underscore the importance of bringing the narrative of women of axé to geography, recognizing their central role in African-derived religions. The research aims to investigate scalar strategies of power adopted by these women to enact public policies that promote the well-being of Afro-religious communities.

Keywords: Black Geographies; Women of Axé; Body-territory; Scale of political action; Religious Racism.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui um dos caminhos da pesquisa de doutorado em Geografia atualmente em andamento, que teve sua origem na dissertação de mestrado intitulada "Conflitos Religiosos e Espaço Urbano Contemporâneo: Cruzamento dos Fenômenos de Dispersão Espacial dos Sistemas de Significações Religiosas de Neopentecostais e Religiões Afro-Brasileiras no Rio de Janeiro" (Silva, 2013) Este trabalho anterior delineou as relações espaciais conflituosas entre os neopentecostais e as religiões afro-brasileiras presentes no espaço urbano, evidenciando casos categorizados como *vítimas de intolerância religiosa*.

A intolerância Religiosa² discutida na dissertação é analisada como uma das diversas facetas do racismo pelo pertencimento religioso que justifica o ódio, o desprezo e o desejo de exterminar o objeto do ódio, tudo aquilo que se remete ao continente africano, e no caso da diáspora no Brasil, as pessoas descendentes de africanas/os e toda e qualquer manifestação que desvie do imaginário da brancura. Então aquelas pessoas que são negras e afrorreligiosas são duplamente discriminadas tanto pela cor como pela pertença religiosa. Foi feito na dissertação uma Geografia de Denúncia das interdições e dos atravessamentos sofridos por corpos afrorreligiosos alvos do racismo religioso em suas trajetórias espaciais. Os casos foram atendidos pela Comissão de Combate a Intolerância Religiosa na região metropolitana do Rio de Janeiro de 2008 a 2010 que demonstraram barreiras na tipificação correta dos crimes, os agentes públicos descredibilizavam as violências sofridas, a morosidade de apuração das

² Novos trabalhos reatualizaram o conceito para *racismo religioso*. A motivação é o racismo aos modos de vida da existência negro-africana, a persistência da colonialidade do saber e do poder como principais instrumentos de naturalização e legitimação da ordem social excludente, que hierarquizam culturas e religiões que geram violência, discriminação e exclusão, como também produzem espaços impactados pelo terror, como também discutido por Silva (2013).

denúncias, o aumento da sensação e de fato da impunidade, o que impede a garantia de direitos e impede a produção de dados.

O enfoque dado foi a uma geografia que lê corpos que sofrem contenções espaciais sendo negado constantemente o direito de existir, de ser e permanecer. Então após 10 anos depois da conclusão da dissertação, o conceito de intolerância religiosa como uma faceta do racismo é reatualizado como racismo religioso, porque o racismo contra as religiões de matrizes africanas é estrutural e histórico devido as criminalizações perseguições, violações de vários tipos praticados pelo Estado, leia-se como projeto político de Estado, em diferentes épocas passando por omissões e impunidade a outros agentes que promovem a destruição /demonização dos territórios de terreiro e as pessoas afrorreligiosas,

Conforme Miranda (2023) com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff- PT em 2016, a esfera pública política evidenciou a emergência de uma nova onda conservadora de natureza político-cristofascista, fundamentada nos pilares de Deus, Família e Pátria. Nesse cenário político, observou-se o crescimento substancial das igrejas neopentecostais e o aparelhamento das instituições judiciais e políticas, configurando-se como a concretização do Plano de Poder advogado por Edir Macedo. Este fenômeno resultou no aumento notório dos discursos de ódio e na implementação sistemática de medidas contrárias às práticas afrodiáspóricas e indígenas no Brasil. O denominado "projeto divino de nação" foi impulsionado pela participação ativa dos evangélicos na arena política nacional.

Segundo a cartilha “Respeite o meu terreiro” no ano de 2022 de janeiro a junho o país teve 383 denúncias de intolerância religiosa recebidas pelo Dique 100, o estado do Rio de Janeiro recebeu mais registro com 81 denúncias, seguido do estado de São Paulo com 63 e Minas Gerais com 29 denúncias e a maioria dos relatos foram de pessoas afrorreligiosas e grande parte das vítimas são mulheres.

Este trabalho contribui com a reatualização do conceito de intolerância religiosa para racismo religioso e como uma geografia de caminhos pra liberdade ao pesquisar mulheres de axé no enfrentamento do racismo religioso diante do aumento do número dos casos, mesmo com a subnotificação dos dados sobre este crime.

O objetivo deste trabalho é trazer possibilidades dentro das Geografias Negras (GUIMARÃES, 2020) de analisar a ação política das mulheres de axé, através da escala do corpo e corporeidades com o conceito corpo-território (SODRÉ, 2002; RATTS, 2016; SILVA 2021).

METODOLOGIA

Neste caminho de construção de leitura da realidade na perspectiva negro-africana afirmativa nos permitirá desenvolver a dimensão de que estes corpos são portadores de espacialidades, que se vinculam tanto territorialmente ao seu espaço de pertencimento religioso quanto no fazer político para garantia dos seus direitos de liberdade de prática religiosa e acesso a direitos ao acesso as possibilidades de justiça , agir coletivamente para manter a tradição viva que cria identidade por ser a fonte dos valores civilizatórios e dos princípios éticos ancestrais, estar organizado social e territorialmente e permanecer no espaço, é necessário trazer referências teóricas, com métodos e metodologias que permite fazer uma geografia afrocentrada, pela agência negro-africana, assim construir com as ferramentas necessárias para compreensão deste fenômeno que reposicione esta realidade no centro e desta forma impedindo que seja definido pelo o outro.

Para chegar realizar esta pesquisa de análise das escalas da ação política agentes no jogo político, na luta pelo reconhecimento e retomada do protagonismo de luta por reparação histórica por respeito, liberdade e direitos à vida e a dignidade plena foi realizada a observação participativa no campo das mobilizações das membras de várias redes que estas mulheres fazem parte, observei suas atuações fora do espaço religioso, a partir das suas ações dentro dos processos políticos que constroem agendas de transformação para os povos de religiões de matrizes africanas, neste trabalho foi privilegiado a tentativa de reconstruir a trajetória espacial de uma mulher de axé na escala local e a sua inserção em outras escalas (ou sua estratégia de tentativa de atuação política em outra escala para o encaminhamento da política de/para terreiros no governo- municipal e estadual- leia-se também como tentativa de se articular em escalas. (SANTOS, 2011).

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Ratts (2016), o corpo – e suas identificações- pode ser reconhecido como uma categoria de pensamento e ação. A ação significa também se posicionar no mundo para saber agir no mundo (SANTOS, 2007). Então o estar no mundo é um atributo espacial. O corpo é produzido pelo espaço e produz o espaço, ele é o espaço, ao compreender que a produção do espaço também se dá pelas experiências destes corpos, e entender que a corporeidade se faz presente no fluxo das ações dos indivíduos também na forma do agir do fazer político (SILVA, 2021).

Conforme Machado (2020), a ancestralidade tem como o corpo como produtor de sentidos, a ancestralidade é o princípio que normatiza e legitima as relações sociais na

territorialidade afrorreligiosas. Sem corpo não há rito, porque estes corpos reontologizados são assentamentos vivos dos Orixás que vivem dentro destas pessoas, uma concepção de corporeidade no visível do invisível. De acordo com Oliveira (2005) o corpo para filosofia africana é a filosofia em carne e a cultura em movimento, e o corpo é o território da alma, e a alma é o tempo do corpo. Então o corpo afrorreligioso é um corpo que caminha com o terreiro e acompanhado pelo terreiro, corpos feitos a partir do terreiro que produzem corpos com sentido de pertença ao agrupamento social com outra temporalidade.

O conceito de corpo-território aqui privilegiado é o de Sodré (2002) que o define:

todo indivíduo percebe o mundo e suas coisas a partir de si mesmo, de um campo que lhe é próprio e que se resume, em última instância, a seu corpo. (...) O corpo serve-nos como uma bússola, meio de orientação com referência aos outros. Quanto mais livre sente-se um corpo, maior o alcance desse poder de orientar-se por si mesmo, por seus próprios padrões (p.135).

O que este conceito traz é a noção de agência, “a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana” (ASANTE, 2009, p.94) para uma experiência espacial que rompe com a ideia de território fixo ao trazer a espacialidade para o corpo e que presentifica as histórias coletivas, é o pedaço do outro coletivo neste corpo. Corpo com modos de vida que grafam lutas e constroem estratégias para o bem viver, corpos que se colocam lutas em escala.

Santos (2011, p.83) utiliza o conceito de escala para compreender a dimensão espacial do fazer político nos movimentos sociais. A escala é entendida como ferramenta de ordenamento do agir no cotidiano, fruto da ação, sendo conteúdo, definidora de dinâmicas-ordenamentos, fenômenos e dinâmicas da sociedade e/ou natureza (p.121).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisarmos o engajamento político das mulheres de axé, apresentamos a narrativa escalar da Ekedji³, filha do orixá Ogum e escolhida pelo Orixá Exu, iniciada há três décadas. Além disso, ela é uma mulher negra, servidora aposentada, atualmente é estudante de filosofia, poetisa, militante e empreendedora social. Sua residência está localizada no bairro de Higienópolis, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que a escala de atuação

³ De origem Jeje Equede, Àjòyè, Ìyároba ou Makota nomenclatura que difere de Nação ou casa de Candomblé. É um cargo dado unicamente às mulheres que são escolhidas pelo Orixá da Iyalorixá ou Babalorixá para que elas exercem o sacerdócio sem passar pelo transe. Elas zelam pelos outros corpos que são iniciados e preparados para chegada dos Orixás/Inquices/Voduns em terra e exercem outras funções litúrgicas de extrema importância e confiança dentro da comunidade religiosa e de aliança com os Orixás/Inquices/Voduns.

para Ekedji é a local, sendo este o ponto de partida que fortalece suas ações e impacta positivamente o seu entorno.

Conforme enfatizado por Santos (2011, p.138), surge o desafio de não apenas discutir sobre o espaço, mas, sobretudo, de articular uma narrativa “a partir do espaço” e “interpretar as relações estruturadas e estruturantes dos jogos que constroem os movimentos sociais e a ação política através de raciocínios espaciais”. Nesse contexto, o presente esforço visa apresentar a espacialidade da Ekedji, destacando sua contribuição para a construção de enfrentamento ao racismo religioso a partir da escala da sua ação política.

Ekedji compartilhou que sua comunidade afrorreligiosa está situada em Engenheiro Leal, também na Zona Norte do Rio de Janeiro. Essa comunidade, representada pela casa dos Orixás Jagun e Oyá, e antes da pandemia do COVID-19 oferecia cursos de corte/costura e programas de fortalecimento do empreendedorismo destinados às mulheres. Além disso, promovia oficinas de letramento racial e liberdade religiosa, e de orientação de combate à violência doméstica.

No período da pandemia do COVID-19, com o apoio não apenas da comunidade religiosa, mas também de líderes de outras vertentes religiosas (cristãs) e de doadores externos, Essas ações incluíram doações de alimentos/quentinhas, cestas básicas para mitigar a insegurança alimentar no entorno e a distribuição de produtos para combater a pobreza menstrual.

Uma mulher de Ogun que aprende com ele a forjar as próprias armas para romper com a reprodução colonial e da escassez. Uma casa de Jagun, uma qualidade de Obaluaie, Orixá senhor dono da terra, terra que se plantando tudo dá, Orixá da saúde. Orixá que tem a festa mais bonita e farta que é o Olubajé, onde são oferecidas comidas dos Orixás, é um ritual de cura de livramento das enfermidades, para trazer saúde e vida longa. Juntamente com Oyá, Orixá que é a síntese mítica das mulheres negras, as primeiras empreendedoras, Orixá da justiça e não guerreia em causa própria, mas pela igualdade para seus filhos. E escolhida por Exu para ser zelado por ela. Exu, Orixá da comunicação, das trocas- do mercado, dos caminhos, do movimento. Então diante do que a compõe enquanto mulher de axé, seu movimento impulsionado/motivado pelos Orixás que a regem e a orientam segue em movimento.

As manifestações do movimento, que Santos (2011, p.139) categoriza sendo “às diferentes formas pelas quais o movimento se faz presente, no espaço e no tempo, cuja presentificação grafa e marca com precisão um ponto do espaço”. Sendo não só um referencial para o movimento/ação, mas para a sociedade. Essas ações foram realizadas em Engenheiro Leal, no terreiro, e em Higienópolis na sua casa.

Essas iniciativas configuraram-se como práticas sociais de caridade e assistência, impulsionadas pelos valores inculcados no contexto do terreiro, onde tais espaços desempenham um papel fundamental na promoção da segurança alimentar. A implementação dessas ações demandou a mobilização de uma extensa rede de apoio, envolvendo a interlocução com indivíduos que, embora possuam divergências em suas concepções religiosas, tornaram-se aliados na empreitada contra a insegurança alimentar. É uma luta a partir destes bairros, mas também para e pelo bairro que moveu diferentes grupos no enfrentamento da escassez, da insegurança alimentar engendrada pelo governo Bolsonaro.

O bairro é, o catalizador de energias, de disposição para a ação, por ser ele o recorte espacial que funcionará como unificador de experiências (espaciais) das expressões das contradições da estrutura social (...) na situação em particular da ação social coletiva, das interseções de subjetividades (...) percebida como unificadora de experiências de contradições” (Santos, 2011, p.158)

Sua atuação se configura no papel de líder comunitária, centrando-se no âmbito da espacialidade com a escala de impacto enquanto líder de mulheres. Integra os movimentos sociais voltados para mulheres, no enfrentamento ao racismo religioso, e em especial o UNKEDE (União Nacional das Ekedes), uma entidade de escala nacional que congrega as Ekedjis, fortalecendo a ética e a função dessas lideranças nas religiões de matriz africana.

No âmbito da UNKEDE, ela é reconhecida pelos seus feitos em uma esfera mais ampla, conferindo-lhe legitimidade e reconhecimento. Nesse contexto, por meio das experiências compartilhadas com outras Ekedjis, em um processo de "estar junto", ela se organiza para estabelecer estratégias de luta. Essa dinâmica não apenas fortalece sua atuação local, mas também se revela como um espaço para a troca de experiências, contribuindo para a melhoria da sua ação política local.

Adicionalmente, ao se vincular a partidos políticos de centro-direita, ela projetou-se na arena política com a intenção de disputar cargos de vereadora (escala local) e deputada estadual (escala regional). Suas pautas incluíam o combate à violência doméstica contra mulheres e ao racismo religioso. Contudo, apesar desses esforços, não obteve êxito nas eleições. De acordo com Santos (2011 p.188):

(...) a escala local como base para a luta, mas acreditamos que estes raciocínios possam ser efetuados também tomando-se outras escalas como base para a atuação: atores locais que dialogam com atores em outras escalas para fortalecer a sua luta no local; atores que dialogam em outras escalas e que se tornam atores nestas outras escalas, disputando agendas nestas outras escalas. Chamamos a atenção para esta distinção - apesar de ela estar também diretamente referindo-se à espacialidade do sujeito,(...) porque ela remete ao estabelecimento de diferentes formas de interlocução, e de diferentes formas de relação dos movimentos com seus interlocutores em diversas escalas.

Quando a Ekedji ingressa na esfera política, mobilizando agendas voltadas ao combate do racismo religioso e ao movimento de mulheres, enquanto busca redefinir sua escalaridade em relação àquela que é fundamental na espacialidade original, ela estabelece interações com sujeitos de diferentes escalas, fortalecendo assim sua luta. Segundo Santos (2011, p.192), a perspectiva de poder não se limita a uma hierarquia de escalas, mas sim a estratégias escalares de poder, o que destaca a relevância de distinguir a agência em nome de determinados propósitos.

Caso ela obtivesse êxito nas eleições para vereadora ou deputada estadual pelo partido de centro-direita, suas agendas teriam sido efetivamente contempladas? Sua base local não a elegeu, entretanto, conferiu-lhe reconhecimento que a habilitou a participar de outros espaços e arenas políticas. Surge a indagação acerca do impacto de sua cor, gênero e votos. Apesar de não ter alcançado sucesso em ambas as empreitadas devido ao papel de liderança local, os votos obtidos por ela desempenharam um papel significativo ao contribuir para o aumento da distribuição de cadeiras da legenda partidária. Esse dado nos mostra que esses partidos, PMB- Partido da Mulher Brasileira e PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira, utilizaram a sua identidade enquanto mulher e negra para contribuir com o fortalecimento do partido.

Um dado relevante a se pensar é que em 2020, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou uma medida significativa: a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)⁴ provocou o aumento de candidaturas de pessoas que se autodeclararam negras (pretas ou pardas) superando a de pessoas brancas. E com a aprovação da reforma eleitoral pelo Congresso Nacional, a EC- Emenda Constitucional nº 111/2021⁵, que estabelece a alocação de percentuais de recursos destinados a beneficiar pessoas negras e mulheres, os votos concedidos a candidatas mulheres e pessoas negras são contabilizados em dobro na distribuição de recursos do Fundo Eleitoral entre os partidos.

Dessa forma, percebe-se que sua experiência no cenário político local não apenas a levou a aspirar à escala estadual, mas também a ingressar no jogo político de poder com a intenção de ampliar a transferência de recursos do fundo eleitoral para seu partido político.

As etapas subsequentes, para além do método de observação participante, compreendem a realização de entrevistas com mulheres de axé atuantes na promoção da liberdade religiosa. Este processo se propõe a investigar as variadas estratégias escalares de poder adotadas por essas mulheres. A intenção subjacente a essa abordagem não é apenas analisar suas atividades em diferentes escalas, mas também examinar suas interações com agentes detentores de

⁴ <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-605-de-17-de-dezembro-de-2019>

⁵ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc111.htm

capacidade decisória em outras esferas, com o objetivo de efetivar políticas públicas que promovam o bem viver das comunidades afroreligiosas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazer o corpo-território e corporeidades que presentificam os distintos ordenamentos espaço-tempo, de sentidos que orientam a forma do agir, no fluxo das ações das mulheres de axé como categorias de análise espacial em consonância com a reflexão do fazer político enquanto experiência espacial através das mulheres de axé, é enfatizar que a matrigestão destas é a maneira de manter viva e preservada a tradição religiosa afro-indígena e do pensar/agir e a forma social e espacial coletiva negro-africana. Trazer o protagonismo as mulheres de axé que historicamente administram politicamente as unidades territoriais tradicionais, ocupando posições de centrais nas religiões de matrizes africanas no Brasil para Geografia é trazer a narrativa de trajetórias femininas para além do entrecruzamento das violências de gênero/raciais/patriarcais/classe/escolaridade que fazem a fragmentação destes corpos, é trazer a narrativa da experiência espacial do fazer político que possibilitam existências como ser integral, não mais fragmentado, um corpo integral pautado no bem-viver produzidos nestes territórios que se reverbera para além os muros protegidos pelo *màrìwò*⁶ quando se colocam na arena política agentes de luta com seus saberes engajados por garantia de direitos, por reivindicações por reconhecimento e de projeção de outros futuros possíveis no enfrentamento do racismo religioso.

REFERÊNCIAS

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: Notas sobre uma proposição disciplinar. IN: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, Sankofa: Matrizes africanas da cultura brasileira; 4 2009.

GUIMARÃES, Geny. Geo-grafias negras & Geografias negras. Revista da ABPN, v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático Geografias Negras, p. 235-259, 2020.

MACHADO, Adilbênia Freire. Filosofia Africana e práxiz ancestrais femininas: A sabedoria que “renasce” com veste de diamante. **Promlemata: Revista Internacional de Filosofia**. v. 11 n. 2 (2020): Edição especial: filosofia africana desde vozes femininas, p. 21-40.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. **Política de terreiros e política para terreiros: violações, reconhecimento de direitos, espaço público e resistências dos “povos tradicionais de matriz africana”**. *Heinrich-Böll-Stiftung*. Rio de Janeiro. 18 de agosto de 2023. Disponível

⁶ Folha jovem da palmeira dendezeiro, “que é uma espécie de cortina a ser colocada nas janelas e portas de lugares que são guardiões de segredos (awo), a folha protege os mistérios e “ensina que o não iniciado não deve procurar ver o que está escondido, a fim de não se perder no caminho.” (SANTOS, Maria Stella de Azevedo; PEIXOTO, Graziela Domini. O que as folhas cantam. 2ª ed. Rio de Janeiro: Autorale, 2020).



em: <https://br.boell.org/pt-br/2023/08/18/politica-de-terreiros-e-politica-para-terreiros-violacoes-reconhecimento-de-direitos>

OLIVEIRA, Eduardo David de. *Filosofia da Ancestralidade: Corpo e Mito na Filosofia da Educação Brasileira*. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Fortaleza, CE, 2005.

RATTS, A. P. Corporeidade e diferença na Geografia Escolar e na Geografia da Escola: uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 46, p. 114–141, 2016.

RESPEITE O MEU TERREIRO. **Pesquisa sobre racismo religioso contra os povos tradicionais de religiões de matriz africana**. Ilê Omolu Oxum. *Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro*. Julho de 2022. Disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/uploads/imagens/2e80ce9ffa1647a881eb7551f6846c0a.pdf>

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O Negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Movimentos sociais e geografia: sobre espacialidade (s) da ação social**. 1ª edição, Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SILVA, Rachel Cabral da. *Conflitos religiosos e espaço urbano contemporâneo: cruzamentos dos fenômenos de dispersão espacial dos sistemas de significações religiosas de neopentecostais e religiões afro-brasileiras no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2013. 181p.

SILVA, Rachel Cabral Da. *A escala do corpo-território das mulheres de axé: uma abordagem afrocentrada para uma geografia da liberdade*. Anais do XIV ENANPEGE. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78282>. Acesso em 01/05/2023.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago; 2002